



XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade

12 a 14 de novembro de 2024

Salvador - BA, Brasil

Desafios da Regularização Fundiária: Da prática à formação

Amanda Lima, Universidade Federal da Bahia, amandassba@gmail.com

Doralice Oliveira Silva, Universidade Federal da Bahia, doraliceos98@gmail.com

Renata Azevedo, Universidade Federal da Bahia, renatazg145araujoss@gmail.com

Victor Ferreira, Universidade Federal da Bahia, victor.rferreira@me.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

EIXO TEMÁTICO: UNIVERSIDADE, FORMAÇÃO NA ENGENHARIA E EDUCAÇÃO

RESUMO

Neste relato estão descritos processos realizados pelo Escritório Público de Engenharia e Arquitetura - BÁKÓ para regularização fundiária no território de Vila Santinha, Salvador-BA. São apresentados o histórico de atuação do BÁKÓ e sua estrutura organizacional reconhecendo o Escritório Público como um importante espaço para formação acadêmica através da extensão universitária. Também será discutida formação para atuação em processos de regularização fundiária em sua amplitude e complexidade. Posteriormente é feita uma caracterização do território de Vila Santinha contextualizando a mesma para então descrever as ações de regularização realizadas pelo BÁKÓ em campo. Por fim, são apresentados resultados parciais e reflexões sobre o processo, dado que ainda está em vias de finalização.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária. Regularização Fundiária. Transdisciplinaridade. Vila Santinha. Escritório Público de Engenharia e Arquitetura.



XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade

12 a 14 de novembro de 2024

Salvador - BA, Brasil

A EXTENSÃO E O FORMATO ESCRITÓRIO PÚBLICO

Historicamente os serviços convencionais das engenharias e arquitetura no Brasil não são acessíveis para a maioria da população, ainda em 2022, em pesquisa feita pelo Datafolha junto ao CAU, apenas 10% da população economicamente ativa afirmou já ter contratado serviços de arquitetos e urbanistas (DATAFOLHA, 2022). Em resposta a essa má distribuição de acesso, a extensão universitária torna-se para os estudantes não só um meio de complementar o currículo acadêmico vigente através de atividades práticas e debates que possuam enfoque sobre o direito à cidade e à moradia. Mas, além disso, a extensão assume o espaço de promover alternativas de projeto e construção de baixo custo e baixo impacto ambiental e social que possam passar a constituir as práticas dos futuros profissionais de formas mais acessíveis. Essas práticas, ainda que incipientes por falta de uma política pública robusta que as promovam, são as que constituem o repertório do campo que chamamos de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS.

A principal legislação desse campo, a Lei 11.888 de 2008, apresenta em seu artigo 4º as formas em que os serviços devem ser prestados para a população. Dentre essas formas, cabe destacar, estão três práticas extensionistas universitárias, sendo elas: os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo - EMAU, iniciativa estudantil fomentada pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo - FeNEA; as Residências Acadêmicas; e os Escritórios Públicos (BRASIL, 2008). Esses três espaços buscam cumprir a tarefa de pôr em prática a tríade Ensino-Pesquisa-Extensão nas Universidades através da assessoria técnica a comunidades organizadas e em situação de vulnerabilidade política, econômica e social. Sobretudo após 2018, com a publicação pelo MEC da resolução N°7 da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que torna obrigatória a dedicação de no mínimo 10% da carga horária curricular de todos os cursos de graduação a atividades de extensão, essas práticas ganharam destaque, sendo não só reconhecidas mas incentivadas. Isso porque, em muitos contextos, a Extensão Universitária sempre foi negligenciada, a



XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade

12 a 14 de novembro de 2024

Salvador - BA, Brasil

própria função da ação extensionista esteve em debate por diversos momentos, diferente das definições mais assertivas acerca do ensino e da pesquisa (CARNEIRO, 2021). É só a partir de 2000 que a Extensão Universitária vem a ser o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de renovação da própria Universidade, de reprodução do conhecimento acadêmico por meio da troca de saberes com as comunidades e, assim, buscando a democratização desse conhecimento (FORPROEX, 2012).

É importante trazer a dimensão da democratização do conhecimento e, principalmente, da troca de saberes porque no campo da ATHIS como um todo, não apenas nas Extensões Universitárias, muito se busca pela emancipação da população vulnerabilizada a partir justamente das práticas de metodologias participativas e da própria produção habitacional e do espaço urbano através de processos autogeridos pelos movimentos sociais e outras organizações semelhantes. Essa práxis, realizada pelo coletivo de trabalho formado entre movimento social e assessoria técnica, se baseia na teoria dialógica de Paulo Freire (1987), onde o saber técnico não se coloca hierarquizado sobre o saber popular em que a aproximação e a colaboração tanto na produção habitacional quanto no planejamento urbano buscam superar as práticas hegemônicas da lógica de mercado.

Histórico, organização interna e atuação do BÁKÓ

O BÁKÓ, um dos maiores projetos de extensão da UFBA, atua há 9 anos promovendo a multidisciplinaridade. Inicialmente chamado de “Escritório Público de Engenharia”, teve presente em seu espaço estudantes de mais de 30 cursos da Universidade Federal da Bahia, incluindo uma forte presença de arquitetura e urbanismo, fator determinante para que posteriormente viesse a se chamar “Escritório Público de Engenharia e Arquitetura da UFBA”.

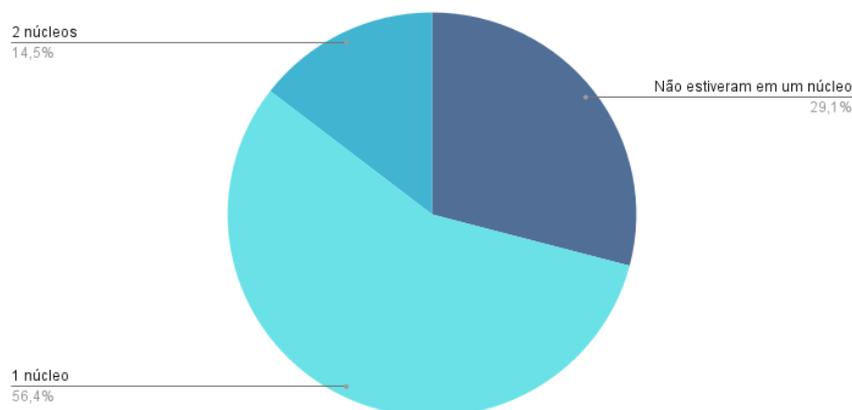


XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade
12 a 14 de novembro de 2024
Salvador - BA, Brasil

O Escritório se baseia em três pilares: horizontalidade, autogestão por estudantes e multidisciplinaridade. A divisão interna é feita pensando essencialmente nesses pilares, as coordenadorias têm autonomia em suas atividades, sendo assim, são definidos coordenadores para direcionar as atividades propostas, e a cada semestre existe a rotatividade dessa liderança com o objetivo de promover o direito a uma participação maior dos voluntários. Os Núcleos são uma segunda categoria dentro do Escritório, neles o trabalho é em contato direto com as comunidades e associações, existe também a figura do coordenador, assim como a rotatividade semestral. Dentro desses núcleos é discutido a necessidade dessas pessoas, promovido o aprendizado com elas em visitas a campo, e a partir disso é idealizado o projeto e a garantia de uma futura autonomia dessa comunidade ou associação.

Mesmo enquanto projeto de extensão institucionalizado na Escola Politécnica da UFBA, foi analisado que estudantes de engenharia cada vez mais se distanciam desse projeto. Os dados de 2018 a 2023 mostram que houve uma queda de 41% da presença desses estudantes, enquanto é observado o crescimento de 188% da presença de estudantes de arquitetura e urbanismo. Ainda é observado que entre os estudantes de Engenharia, 70.9% se inscreveram em Núcleos, e desse número, 41% se ausentaram após 1 semestre de atuação, como mostram os gráficos a seguir:

Gráfico I - Relação da participação dos estudantes de engenharia em núcleos no período de 2018 a 2023.

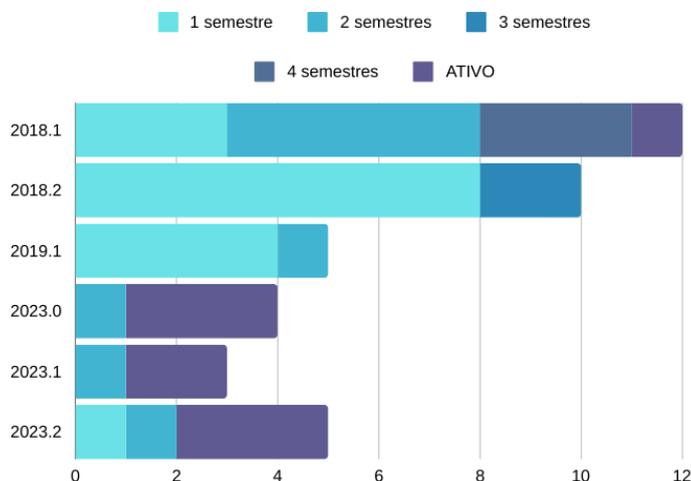


Fonte: Escritório Público - BÁKÓ.



XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade
12 a 14 de novembro de 2024
Salvador - BA, Brasil

Gráfico II - Duração em semestre da participação dos estudantes de engenharia em núcleos no período de 2018 a 2023.



Fonte: Escritório Público - BAKÓ.

Dentro desse mesmo período, o número de estudantes dos cursos de engenharia somam 35.4%, enquanto os do curso de arquitetura e urbanismo somam 40.4%, os 24.2% restantes correspondem a outros cursos. Ao considerar que, numericamente, os alunos de engenharia já representam um grupo minoritário, é preocupante pensar o frequente desinteresse por projetos de extensão que se dedicam a comunidades e questões sociais, assim como, levantam questionamentos sobre a formação dos futuros engenheiros.

Entendemos, e será aprofundado mais adiante neste relato, que a extensão é um espaço ímpar e fundamental para uma formação acadêmica. Nesse sentido, nos preocupa o afastamento de estudantes de graduação das engenharias como membros do BAKÓ. Sobretudo porque as temáticas trabalhadas junto aos movimentos sociais e organizações populares são raras nas disciplinas e nem sempre abordadas nas pesquisas acadêmicas. Assim, o espaço da extensão, sobretudo quando interdisciplinar ganha relevância por cruzar conhecimentos acadêmicos diversos e também poder incidir, a partir da prática, em diferentes contextos sociais.

O fato é que o saber técnico específico das engenharias nos faz falta para o andamento de projetos de regularização fundiária. Ainda que o campo de arquitetura e

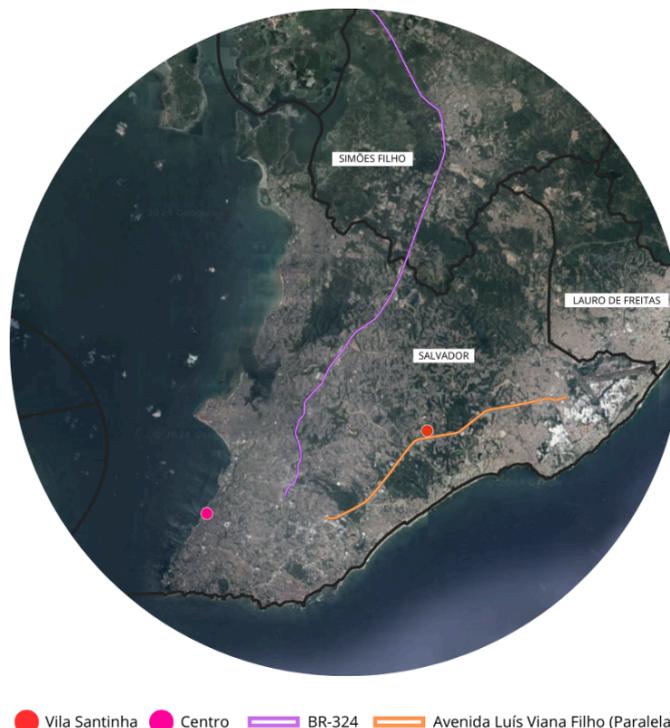


XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade
12 a 14 de novembro de 2024
Salvador - BA, Brasil

urbanismo possa também contemplar a parte dos levantamentos cadastrais por croqui e digitalizações dos mesmos em CAD, a interface com as engenharias é de certa forma complementar para pensar o processo como um todo em sua complexidade e não apenas como um trabalho braçal de cadastro. Questões de infraestrutura urbana como por exemplo o saneamento, a drenagem, a acessibilidade, além da própria qualidade construtiva das habitações poderiam ser melhores abordadas no trabalho com a aproximação dos saberes das engenharias. Essa ausência, para nós, representa uma dupla perda: tanto para Núcleo de Vila Santinha em específico, e para o BÁKÓ como um todo, quanto para os próprios engenheiros. Isso porque de um lado a interdisciplinaridade é desfalcada com a ausência dessas disciplinas enquanto por outro a formação fica comprometida quando não experienciada a extensão universitária em contextos de vulnerabilidades sociais diversas.

A VILA SANTINHA

Mapa I - Localização de Vila Santinha em Salvador.



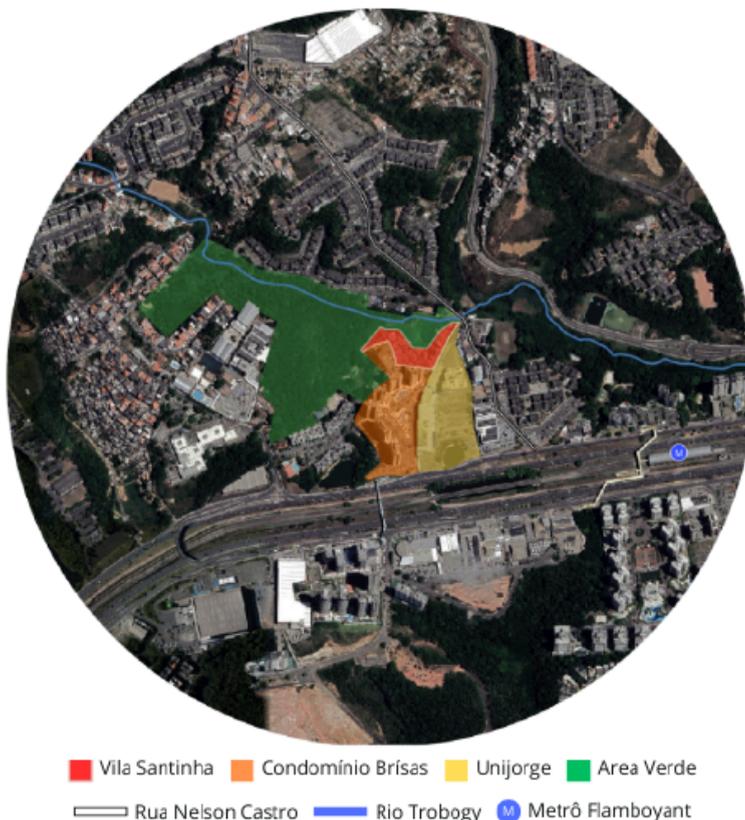
Fonte: Escritório Público - BÁKÓ.



XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade
12 a 14 de novembro de 2024
Salvador - BA, Brasil

A Vila Santina - nome que homenageia Dona Santinha, matriarca da primeira família que habitou o local - tem como seu único acesso a Rua Nelson Castro, localizada próxima à estação de metrô Flamboyant. Esta ocupação existente há mais de 40 anos na região pôde acompanhar até mesmo a implantação da Avenida Luís Viana e talvez vislumbrar mais prosperidade para a comunidade. No entanto, não foi o que ocorreu às famílias que ali se estabeleceram vindas do interior do estado, principalmente do que é hoje o município de Cachoeira, passaram a sofrer pressão para vender as casas que estavam na via coletora (Rua Nelson Castro) para comerciantes.

Mapa II - Área e entorno de Vila Santinha.



Fonte: Escritório Público - BÁKÓ.

Assim, os moradores passaram a deslocar suas moradias para mais próximas à remanescente de Mata Atlântica e ao Rio Trobogy. No entanto, o Rio Trobogy, com a inserção de condomínios na região sem nenhum projeto de tratamento de água, ficou cada vez mais poluído. O Condomínio Brisas Residencial Clube, surgido em 2000, foi



XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade

12 a 14 de novembro de 2024

Salvador - BA, Brasil

um deste condomínio que trouxe maior impacto para habitantes à medida em que inviabilizou a atividade pesqueira, agricultura de subsistência e até a fonte de água potável, além da privação do acesso direto à Avenida Luiz Viana Filho. Outra adversidade enfrentada pelos moradores foi a retaliação dos grileiros, sendo necessário a substituir o modo construtivo antes de taipa para a alvenaria para dificultar essa ação criminosa. Para isso, era necessário transportar os materiais necessários para a construção em meio a noite escura para que não fossem notados.

O que era um comunidade espreada e com acesso direto a uma via arterial importantíssima de Salvador, Avenida Luís Viana Filho, atualmente é uma Vila suprimida pelas imobiliárias, precária infraestrutura e invisibilizada historicamente.

TRABALHO COM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Entendemos a regularização fundiária como o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam integrar os assentamentos informais à malha urbana oficial. Este processo não se limita à titulação de propriedades, mas inclui a provisão de infraestrutura, serviços urbanos e a garantia do direito à moradia digna. Dessa forma a regularização fundiária busca promover a justiça social, reduzindo as desigualdades e melhorando a qualidade de vida dos moradores de áreas irregulares (ROLNIK, 2015).

Nesse sentido, é importante termos em perspectiva que historicamente a ocupação dos territórios latino-americanos foi objeto de grande espoliação. E isso se deu não só na dimensão espacial dos territórios mas sobretudo na dimensão cultural, onde os povos originários e os povos escravizados trazidos de África perderam e seguiram sem ter acesso a terra enquanto propriedade durante séculos. Mesmo com o fim do colonialismo e o avanço das estruturas e instituições republicanas e democráticas, a lógica da colonialidade operou sobre o ordenamento territorial latino-americano. Salvador, como uma das principais cidades do período colonial



XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade

12 a 14 de novembro de 2024

Salvador - BA, Brasil

brasileiro, concentra essa história. O caso de Vila Santinha ilustra como ainda hoje são diversas as dificuldades para o alcance pleno de um processo de regularização fundiária.

Das sesmarias (1530), passando pela lei de terras (1850), até a atual constituição federal (1988), foram algumas as leis que pautaram a organização territorial e das propriedades no Brasil. No entanto, apenas em 2009, com a lei 11.977, foi que em âmbito nacional, pela primeira vez, a regularização fundiária foi regulamentada. Antes desse momento, ainda que existissem modelos de usucapião aparecendo nas constituições federais de forma recorrente desde 1934, a falta da regulamentação tornava o direito de propriedade pela posse do imóvel um processo muito pouco praticado e igualmente pouco efetivo. Com apenas 15 anos de experiências acumuladas notamos que ainda existem grandes barreiras a serem superadas para que a prática da regularização seja cada vez mais efetiva.

Uma dessas barreiras está relacionada à formação do profissional que atua no campo da regularização fundiária. Os processos de regularização tem como característica uma composição transdisciplinar em que estão envolvidos saberes e competências dos campos: do direito; do serviço social; e das engenharias e/ou arquitetura e urbanismo. Nesse sentido o direito constrói o argumento jurídico com base no histórico fundiário da terra, o serviço social caracteriza a condição socioeconômica da população que reivindica a propriedade da terra e, a engenharia ou arquitetura caracteriza morfologicamente o ambiente construído. O que ocorre na prática relacionada a formação no interior desses 3 campos é que em nenhum dos casos existe uma compreensão ampla dos processos de regularização. Dessa maneira, em todas as 3 áreas o profissional acaba ficando restrito a compreensão técnica do seu próprio campo, o que dificulta o desenvolvimento mais estratégico dos processos de regularização.

Uma segunda questão tem a ver com quem promove a regularização fundiária para as populações em situação de vulnerabilidade. Normalmente os órgãos



XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade

12 a 14 de novembro de 2024

Salvador - BA, Brasil

procurados e também designados para esse tipo de atendimento são o Ministério Público (MP) e a Defensoria Pública (DP). No entanto, a realidade no interior desses órgãos é que existe uma demanda ampla de diferentes campos do direito e os promotores e defensores com formação alinhada com o campo fundiário, nem sempre são em quantidade suficiente para dar conta da demanda das nossas cidades.

Essas duas barreiras se relacionam diretamente com a atuação do BÁKÓ em Vila Santinha primeiro porque acreditamos que o caminho da extensão universitária é fundamental para a formação de um profissional consciente, crítico e com capacidade de atuar em territórios populares através de um olhar sensível. O pequeno volume de práticas de extensão na história das universidades brasileiras é parte responsável pela elitização do ensino e do conhecimento no país. Nesse sentido, valorizar e equilibrar essas práticas com o ensino e a pesquisa é fundamental. Da mesma forma, é através desse espaço que a transdisciplinaridade exigida pelos processos de regularização fundiária se concretiza e então, mais do que isoladamente em cada curso, a formação se dá de forma mais ampla em torno da prática. Por último, o acolhimento de projetos de regularização fundiária como núcleos do BÁKÓ, assim como a experiência em Vila Santinha responde em parte a falta de possibilidade do Ministério Público e Defensoria Pública darem prosseguimento a essas demandas até as suas conclusões.

O PROCESSO RESULTADOS PARCIAIS

A partir do apoio de uma emenda parlamentar, o Escritório Público de Engenharia e Arquitetura da UFBA entra em contato com o CMP - Coletivo de Movimentos Populares, à procura de algum território em que possa atuar com o tema da regularização fundiária. Assim, em novembro de 2019 acontece a primeira visita a Vila Santinha, como uma oportunidade para conhecer a história, entender as necessidades e analisar potenciais riscos, através de um olhar mais técnico dos estudantes.

A primeira ação realizada na comunidade foi uma cartografia social, no qual o escritório levou mapas impressos de épocas diferentes para entender junto aos



XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade
12 a 14 de novembro de 2024
Salvador - BA, Brasil

moradores, líderes da comunidade e residentes mais antigos, o histórico de Vila Santinha: Quais foram as primeiras casas, as lutas de permanência e como funcionam as rotinas referentes aos usos diários como escolas e mercados.

Depois da primeira atividade em 2019, a pandemia foi um fator que impactou diretamente no planejamento do BÁKÓ, o escritório respeitou a quarentena e manteve o que conseguia realizar das suas ações no formato online, o que adiou o início do trabalho do núcleo. Ao longo de 2023, o BÁKÓ arduamente se reestruturou a fim de retomar o progresso das atividades realizadas na comunidade. Essas atividades previstas junto a Defensoria Pública - DP e a associação de moradores seriam os cadastros físicos e sociais das casas de Vila Santinha, para serem anexados ao processo de usucapião elaborado pela DP. Para viabilizar a execução dos cadastros foi necessário elaborar um processo de capacitação dos novos membros para iniciar as atividades de cadastro por meio de mutirões. Durante a trajetória de atuação, foi notada a necessidade de realizar uma formação para compreender e solucionar problemas que surgiam ao passar o croqui do cadastro físico para o CAD. Com a experiência em campo, fomos adaptando os procedimentos empregados de modo a conseguir simplificá-los para focar nas informações essenciais aos processos de regularização fundiária. A figura a seguir mostra uma linha do tempo a partir da realização do primeiro cadastro físico em Vila Santinha e inclui também as diversas formações em regularização fundiária, trabalho comunitário, AutoCAD e processos de aplicação dos cadastros físicos e sociais.

Figura II - Linha do tempo das ações de formação e mutirão no Núcleo de Vila Santinha.





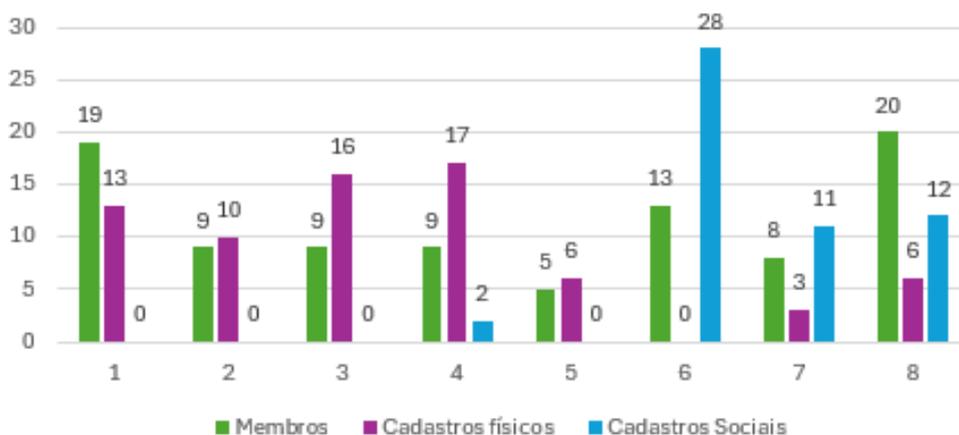
XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade
12 a 14 de novembro de 2024
Salvador - BA, Brasil



Fonte: Escritório Público - BAKÓ.

A previsão inicial de duração do projeto era de um ano e apesar das adversidades, boa parte do que nos propúnhamos a fazer se encaminha para a conclusão, restando apenas finalizar alguns cadastros. Após nossa participação, o processo seguirá por parte da Defensoria Pública, podendo demorar mais alguns anos até sua conclusão na etapa jurídica. O contato com a Defensoria se dá desde o início do Núcleo, em 2020, essa parceria culminou na elaboração de uma cartilha junto também a outros grupos relacionados, o tema era sobre “assistência técnica e direito à cidade em instituições de ensino superior” (2020) que foi publicada e está disponível digitalmente.

Gráfico III - Resultados quantitativos dos mutirões em ordem cronológica.



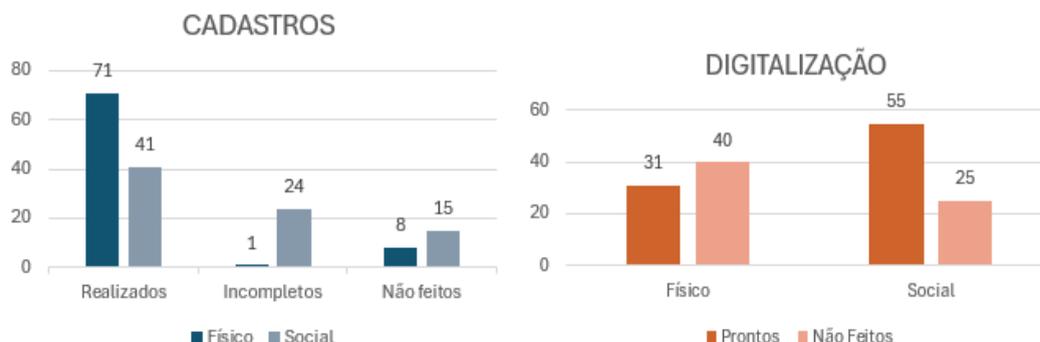
Fonte: Escritório Público - BAKÓ.



XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade
12 a 14 de novembro de 2024
Salvador - BA, Brasil

Gráfico IV - Relação de cadastros realizados em campo.

Gráfico V - Relação de cadastros digitalizados.



Fonte: Escritório Público - BÁKÓ.

Os três gráficos anteriores traduzem em dados todo o processo que o escritório já construiu até aqui para alcançar o cadastro das 80 casas da comunidade. O resultado até agora é de 8 mutirões para realizar 71 cadastros físicos e 41 cadastros sociais. No aguardo do envio junto às demais para a Defensoria Pública, já temos no nosso arquivo 31 casas com plantas plotadas e os 55 cadastros sociais digitalizados. Mesmo com esse desenvolvimento, ainda há a necessidade de realizar mais mutirões para finalizarmos os 8 físicos e 25 cadastros sociais não feitos, além de rever dados daqueles cadastros físicos que tiveram algum erro na elaboração do croqui. Os valores totais referentes aos cadastros serão logo alcançados, assim, quando acabarmos a digitalização, podemos repassá-los para Defensoria Pública e será necessário apenas aguardar a ação do órgão para o processo ser concluído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão finalmente vem ganhando mais espaço e importância na consolidação do tripé universitário 'ensino-pesquisa-extensão', esse processo exige cuidado dado que é através da prática extensionista que a universidade incide mais diretamente sobre a sociedade. O BÁKÓ tem a 9 anos construído esse campo com base também na autonomia e autogestão estudantil, o que tem se mostrado fundamental para acolher



XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade

12 a 14 de novembro de 2024

Salvador - BA, Brasil

diferentes perfis de estudantes assim como frentes de trabalho de diversas naturezas. Visando promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento e seus dispositivos é através da transdisciplinaridade que o escritório atua, sem se restringir ao campo das engenharias para sua atuação. Acreditamos que essas características são benéficas para a formação do estudante, no entanto, também entendemos que os perfis dos programas de graduação também determinam o engajamento dos estudantes em projetos de extensão, pesquisas e estágios de forma geral.

O tema da regularização fundiária no Brasil é um desafio que deve ser enfrentado com muito mais afinco e fôlego do que as políticas públicas têm se prestado até hoje. As experiências dentro dos projetos de extensão, como as promovidas pelo BÁKÓ em Vila Santinha, são em parte o caminho para a solução da questão fundiária nas grandes cidades. Acreditamos nisso menos pelo volume de casos possível de ser acolhido nesse tipo de projeto do que pela potência que é a formação do profissional no envolvimento com esses casos. Afinal, a universidade tem na sua função primordial a formação e capacitação dos futuros profissionais e, não se restringe apenas ao ensino e a pesquisa tal processo formativo.

Os resultados parciais apresentados neste artigo são referentes ao dia 05 de julho de 2024 e o trabalho do Núcleo de Vila Santinha segue em andamento com previsão de ser encaminhado para a Defensoria Pública até o final do presente ano. Internamente consideramos que essa experiência tem sido fundamental para estabelecermos procedimentos e formas de trabalho mais claras e delimitadas, o que pode facilitar o processo de trabalho para futuros núcleos de regularização fundiária dentro do BÁKÓ. Da mesma forma, ao tornar público esse processo e divulgar seus desafios e resoluções buscamos também aquecer o campo e, através da troca com outros grupos, poder ampliar o repertório de experiências potencializando a formação profissional neste campo, assim como a qualidade do trabalho realizado.



XIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Futuros reinventados: Construindo o amanhã com a linha da ancestralidade
12 a 14 de novembro de 2024
Salvador - BA, Brasil

REFERÊNCIAS

BAHIA. Defensoria Pública do Estado. **Assistência técnica e direito à cidade em instituições de ensino superior**. Defensoria Pública do Estado da Bahia. - 1ª ed. - Salvador: ESDEP, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

_____. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. **Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei n o 11.124, de 16 de junho de 2005**. Diário Oficial da União, Seção 1, 26/12/2008, p. 2. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11888-24-dezembro-2008-585074-norma-pl.html>. Acesso em: 14/07/2024.

CARNEIRO, Daniel Marostegan e. **Zonas de tensão: O arranjo extensionista como prática de ensino para outras formas do ofício em arquitetura e urbanismo**. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

DATAFOLHA. Entendimento das Atribuições do(a) Arquiteto(a) e Urbanista. **Pesquisa CAU/BR**, 30/01/2022 <<https://www.caubr.gov.br/pesquisa2022>>. Acesso em: 14/07/2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª ed., 1987.

FORPROEX. **Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras**. Plano Nacional de Extensão Universitária. Manaus-AM, 2012.

ROLNIK, Raquel. **A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª ed. - São Paulo : Boitempo, 2015.